

Brazilian Journal of Development

O reconhecimento da diversidade étnico – racial em uma escola estadual de Teresina à luz da lei 11.645/08

Recognition of ethnic and racial diversity in a state school in Teresina in light of law 11.645 / 08

DOI:10.34117/bjdv6n3-289

Recebimento dos originais: 10/02/2020

Aceitação para publicação: 19/03/2020

Angélica Maria Vieira Cruz

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí – UFPI e Bolsista PIBIC – UFPI.

Endereço: Rua Simplicio Mendes, 548, Bairro Centro, CEP, 64.000-110 Teresina – PI.

E-mail: angelicafilosofa@gmail.com

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da UFPI. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Endereço: Av. Dr. Nicanor Barreto, 4209, bloco 13, apt, 407, Bairro Vale Quem Tem. CEP, 64.057-105 Teresina – PI

E-mail: nonatorr.33@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões acerca da lei 11.645/08, que trata da obrigatoriedade do ensino de História da África, Cultura Afro – Brasileira e História Indígena no ensino fundamental e médio, no intuito de compreender como a mesma vem sendo percebida e reconhecida por gestores, docentes e discentes de uma escola estadual localizada na cidade de Teresina. Como estratégia metodológica, foram realizadas entrevistas semi – estruturadas com gestores e docentes, e rodas de conversa com os discentes. Com isso, foi possível compreender como a lei 11.645/08 vem sendo percebida e empregada na referida escola.

Palavras-chave: Diversidade étnico-racial. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT

The present work aims to present reflections about Law 11.645 / 08, which deals with the obligation to teach African History, Afro - Brazilian Culture and Indigenous History in

primary and secondary education, in order to understand how it has been perceived and recognized by managers, teachers and students of a state school located in the city of Teresina. As a methodological strategy, semi - structured interviews were conducted with managers and teachers, and conversation with students. With this, it was possible to understand how law 11.645 / 08 has been perceived and used in said school.

Keywords: Ethnic-racial diversity. Public policy. Education.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as questões relacionadas à diversidade cultural no campo da educação, têm ganhado visibilidade mundo afora. Aqui no Brasil, por exemplo, esse debate têm sido uma constante e se faz presentes tanto nos espaços acadêmicos quanto nos espaços políticos, o que inclusive tem influenciado a elaboração de políticas públicas destinadas às minorias. Tais políticas, às vezes são controversas e suscitam polêmicas principalmente, quanto se trata de políticas educativas. Mesmo que os debates sobre diversidade sejam uma temática constante nas reflexões antropológicas, houve uma intensificação do debate a partir da publicação das leis 10.639/03, e 11.645/08, despertando a atenção de antropólogos e educadores, servindo inclusive para estreitar o diálogo entre dois campos do conhecimento, – Antropologia e Educação – é, portanto, nessa perspectiva do diálogo que este trabalho se apresenta.

O objetivo é refletir sobre o reconhecimento da diversidade étnico – racial em uma escola estadual da cidade de Teresina – PI, tendo como foco de análise a aplicação da lei 11.645/08 que trata da obrigatoriedade do ensino de História da África, Cultura Afro – Brasileira e História Indígena, os discursos dos professores das disciplinas mais próximas à temática e de discentes de turmas variadas do primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio. O intuito, desta reflexão é compreender se e como esta lei vem sendo tratada pela referida instituição, tomando como base de análise os discursos produzidos tanto pelos docentes quanto pelos discentes da instituição. Enquanto estratégia metodológica foram realizadas entrevistas com gestores e professores e roda de conversas com os alunos, além do levantamento bibliográfico dos debates que já vem sendo realizado sobre essa temática.

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, MULTICULTURAIS E EDUCACIONAIS ACERCA DA LEI 11.645/08

Em 2008, a lei 11.645 é decretada e sancionada estabelecendo o ensino obrigatório de História da África e Cultura Afro-brasileira e indígena nos currículos do ensino fundamental e médio, como um complemento à lei 10.639/03 que já tornava obrigatória o ensino de História da África e Cultura Afro- brasileira.

As leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam da obrigatoriedade do ensino de História da África, Cultura Afro-Brasileira e História Indígena refletem a luta do Movimento Negro e de afrodescendentes para o combate ao racismo objetivando reverter uma imagem negativa que se formou em torno das populações não brancas como consequência do processo colonizador. Tal como abordado por OLIVEIRA; LAGE (2016), a violência cometida em tempos de escravidão não se deu apenas em um plano físico, mas também a um nível simbólico em que essas populações tiveram a sua história, saberes e valores culturais descredibilizados, além de uma consequente formação de um sentimento de inferioridade. Esse processo marcado por uma subalternização dessas populações apresenta consequências até hoje perceptíveis em casos de racismo presente em vários ambientes, incluindo o escolar, assim como desigualdades sociais nitidamente interseccionadas por questões de raça.

Historicamente, o racismo encontrou base em teorias científicas que preconizavam a inferioridade racial do negro, como estudos realizados no final do século XIX pelo professor de Medicina Nina Rodrigues e demais estudiosos que possuíam uma visão abominável da miscigenação. Posteriormente, tem-se o advento do “mito da democracia racial” apresentado por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala, na qual há vários elogios à miscigenação como um fator essencial para corrigir distâncias sociais entre as três raças.

Tal percurso histórico da miscigenação é abordado por ORTIZ (1994), quando apresenta um quadro das teorias raciais do século XIX, com destaque para estudiosos como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues que vão encontrar seus argumentos no meio e na raça, em especial a última, para definir o quadro interpretativo da realidade brasileira. O ideal nacional e a construção da sua identidade irão ser pautadas em um ideal do branqueamento acompanhados de uma reorientação nos anos 30 do foco da raça para cultura, e consequentemente obscurecendo as dificuldades colocadas em torno do mestiço e difundindo o mito das três raças de forma que todos se identifiquem com o ‘nacional’.

O ideal da mestiçagem formulado pela elite brasileira no século XIX a meados do século XX, como afirma MUNANGA (2004), dividiu mestiços e negros, resultando em uma

desunião dos afrodescendentes e uma alienação no processo de identidade. O mestiço era aceito pela sociedade por ter passado por um processo de branqueamento e, assim, criou-se a ideia de que todos teriam acesso a esse processo. Tudo isso dificultou a formação de um sentimento de identidade coletiva no grupo, e consequentemente, uma consciência de luta.

Tal ideal de embranquecimento embora tenha fracassado, do ponto de vista prático, ficaram inculcados em boa parte da população negra e mestiça a ideia da superioridade da identidade branca e a dificuldade de reconhecimento de sua própria identidade.

Segundo essa perspectiva, JÚNIOR (2013), nos afirma que a cosmovisão africana e afrodescendente atribui grande importância à ancestralidade se considerarmos que a educação e os sistemas educacionais têm como uma de suas finalidades permitir a compreensão de quem somos nós, e como cada um reconhece a sua cidadania, o ensino de História Africana e de Cultura Afro-Brasileira se mostra relevante para a compreensão dessa cosmovisão - dos processos de dominação política, econômica, social e cultural por parte das populações brancas e na formação da identidade do afrodescendente.

Nesse sentido, entendemos que o debate sobre temáticas relativas à lei 11.645/08 se mostra de fundamental importância no espaço escolar, visto que o mesmo é fornecedor da educação sistematizada e, consequentemente, de formação de cidadãos e futuros profissionais. E para a concretização desse debate no campo educacional acreditamos que um diálogo entre Antropologia e Educação se mostra como essencial, embora, encontra-se obstáculos para a sua concretização devido a própria formação profissional, como afirma GUSMÃO (2006). A lei 11.645/08 representa, portanto, um dos principais caminhos para que esse diálogo se efetive, e em que esse se apresente em uma perspectiva multicultural em relação à questão étnico – racial na educação, e, portanto, mais próxima da realidade.

2.1 O QUE DIZEM OS PROFESSORES E OS GESTORES SOBRE A DIVERSIDADE PRESENTE NA ESCOLA

Segundo GOMES (2002), é de fundamental importância compreendermos que a escolar enquanto instituição socializadora, exerce uma papel fundamental não somente na formação de saberes escolares, mas também em processos educativos não escolares a níveis sociais e culturais. Diante dessa perspectiva, se mostra essencial que a escola apresente um olhar humanizador sobre tal processo visto que é uma instituição importante no processo de construção das identidades sociais.

Assim sendo, percebemos como é de fundamental importância a análise dos discursos de gestores e professores, pois através destes discursos perceberemos se e como a referida escola vem ou não promovendo um debate crítico que vise a desconstrução de preconceitos e discriminação relacionados à diversidade étnico - racial e como esse debate vem sendo conduzido principalmente nas disciplinas, de Sociologia, História e Ensino Religioso. .

Na entrevista com a diretora, foi possível perceber que não há uma preocupação em relação ao trato das questões da diversidade étnico - racial. Em sua fala, ela foi enfática ao afirmar que todos devem ser tratados de forma igual, apresentando um discurso homogeneizador, em que questões relacionadas à raça e religião apresentam-se como irrelevantes. Essa questão nos chama a atenção, pois um simples procedimento que seria possibilitar a autoafirmação dos alunos no momento da matrícula não é realizado, vejamos:

Na matrícula a gente nem pergunta; a única pergunta é só se possui necessidades especiais. Auxílio apenas no ensino. Não quero saber de raça, religião... se quiser aprender vem. [...] Dão tanta importância para isso na mídia... Trato todo mundo igual. Tem um menino que quer chamar tanta atenção, mas de tanto isso acontecer eu e os demais vemos isso como normal. Pra mim é tudo igual, não sei lidar na prática; é preciso aparecer para eu saber lidar. Mas, é tudo normal para mim, seja quem for. Eu trato com tanta naturalidade.(Diretora da escola)

Além disso, ao ser questionada sobre o comprometimento dos profissionais em se guiar a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08, a diretora confirma novamente o seu discurso homogeneizador, pois segundo ela, os debates sobre a diversidade constituem uma forma de “supervalorização” e não de reconhecimento da diferença, pois segundo ela: “É tudo trabalhado dentro de um contexto sem supervalorizar, se tiver um contexto e que der de contextualizar a gente trabalha” (Diretora da escola).

Seguindo nessa mesma lógica excludente e homogeneizadora, a coordenadora pedagógica afirma que as temáticas acerca do reconhecimento da diversidade embora devessem ser trabalhadas na estrutura curricular, são abordadas apenas de forma superficial, e que a escola não desenvolve projetos voltados para esse debate. Segue:

Eu acho que é trabalhado, mas não com muita ênfase. Eu acho que precisa ser trabalhado mais, ser mais mostrado para os alunos. [...]É... Isso que eu falo, no momento eu não tenho ... è... Essa promoção de eventos, de projetos que são focados nisso, mas é uma coisa que eu quero trazer caso eu permaneça na escola esse ano (Coordenadora pedagógica da escola)

O professor que ministra a disciplina de Ensino Religioso afirmou que sente um certo medo de trabalhar a questão racial, e por isso, por exemplo, não trabalha a questão da religiosidade indígena. Ele também afirmou que como não há muito contato com religiões de matriz africana, isso não é trabalhado, visto que não há um trato dessa questão em reuniões pedagógicas e assim há uma deficiência na formação. Dessa forma o professor afirma tratar apenas das questões cristãs, principalmente em uma perspectiva histórica, visto que a sua formação é na área de História e, com isso, o mesmo não promove um trabalho específico sobre questões de diversidade religiosa e interculturalidade, vejamos:

Até agora eu nunca abordei, a diversidade religiosa sim, agora a étnica racial e de gênero, aqui e acolá a de gênero eu ainda cito...Até no sentido das religiões... A étnica ainda não, a étnica eu tenho é medo, eu tento ser bem moderado tá, eu não sei me comporta com relação a ... Porque isso é novo, de certa forma podemos dizer que isso é novo, né. (Professor de Ensino Religioso)

Um dos professores de História afirma que também trabalha a temática em sala de aula de forma contextualizada, como questões relacionadas à História africana e dos negros, porém afirmou que há uma falta de planejamento por parte da escola para que se efetive essas questões, por exemplo, na realização de eventos e debates, além de destacar a falta de preocupação por parte da escola e dos outros profissionais. Segundo ele:

Na realidade, o que eu observo, é como eu te disse, falta um planejamento, dentro da escola mesmo, é... que efetive essas práticas. O que eu observo é que muitos alunos vem pra cá, se formam de forma muito crua...[...] Seria hipócrita se eu disse pra você que existe um projeto na escola, professores mobilizados e preocupados com essas questões, ta... Não vou dar esse luxo... De falar só pra agradar...Na realidade, não existe isso. Aqui não...(Professor de História)

Outro professor de História afirmou que trabalha a temática da diversidade nas aulas, mas apontou a falta de formação que permita trabalhar tal questão, e que essa preocupação parte de cada professor, visto que não há um incentivo por parte da escola. Ainda segundo ele, não há por parte dos demais colegas, uma preocupação em trabalhar com a diversidade. Além disso, confirma as falas de entrevistas anteriores de que não há um planejamento ou preocupação da escola em promover eventos ou debates sobre o tema. Segundo ele:

Alguns livros traz muito sutilmente, mas eu ainda vejo algo que é preciso a nível de profissionalização, eu digo assim uma adequação ,até uma formação, porque pra muitas pessoas é algo que está presente mas que as pessoas ainda não sabem lidar com isso né? [...]Eu não percebo muito isso não, muito pelo contrario, a gente tem até colegas assim muito racistas no sentido...aliás não digo racista né? [...]Se não for de iniciativa própria de alguns professores...algumas ilhas individualizadas, não acontece não, né? Então eu não vejo uma preocupação aqui da escola com essas temáticas não.
(Professor de História)

Já a professora de Sociologia ao ser questionada se e como percebe as políticas de reconhecimento da diversidade foi enfática em afirmar que não reconhece as políticas públicas na escola como também não percebe um debate por parte da instituição sobre a mesma. Além disso, afirmou que tanto ela como os demais professores não dão muita importância à temática e que é trabalhado apenas o que vem no livro didático na qual alguns professores comentam esporadicamente sobre o assunto. Vejamos:

Eu não percebo, não reconheço na escola, ninguém fala sobre isso e também não dou importância, há um trabalho apenas de forma transversal, é trabalhado apenas o que vem no livro [...] não tem essa promoção por parte da escola... O que existe são apenas comentários isolados por parte de alguns professores... (Professora de Sociologia)

Ao analisarmos as falas dos professores, da coordenadora e da diretora, é possível perceber que parece não haver uma preocupação em se trabalhar de forma direta a temática da

diversidade, seja étnico - racial, gênero ou religiosa. Tal situação, dar-se segundo os mesmos devido à falta de formação dos profissionais, a falta de planejamento e incentivo da escola, e a presença de uma visão tradicionalista e homogeneizadora de não considerar as diferenças e o reconhecimento de grupos identitários.

Concordamos com GUSMÃO (2013) quando afirma que a formação da concepção de respeito e compreensão dessa diversidade necessita de um certo diálogo entre Antropologia e Educação, tendo em vista que em uma sociedade multicultural torna-se importante reconhecer essa diversidade. A ausência desse debate dialogal é constatada nas falas dos entrevistados ao revelarem uma visão unilateral e homogeneizadora, em que acreditam numa educação formadora apenas de saberes universais.

Ainda é possível perceber na fala dos entrevistados que a temática da diversidade é colocada em último plano nas discussões em sala de aula por não compreenderem a importância desse debate, assim o que há são discussões pontuais por parte de alguns desses profissionais.

2.2 SOBRE AS RODAS DE CONVERSA REALIZADAS COM OS ALUNOS E SUAS PERCEPÇÕES ACERCA DA DIVERSIDADE ÉTNICO - RACIAL NA ESCOLA: DO DISCURSO À PRÁTICA.

O debate acerca da diversidade étnico – racial contribui para o reconhecimento identitário e para realizar rupturas com as visões colonizadoras presentes na instituição e em nossa sociedade. Tal conhecimento colonial marginalizou e descredibilizou valores das culturas africana e indígena. Assim, a escola apresenta-se como uma instituição de grande importância no processo de desconstrução de preconceitos e estereótipos, bem como na construção de valores e na valorização das diferentes identidades presentes em seu contexto.

Segundo Taylor (1994), as identidades culturais são construídas dialogicamente, dessa forma, no espaço educacional o professor tem um papel central no processo de formação e reconhecimento das identidades culturais ali presentes. Tendo em vista as análises das entrevistas com os professores e gestores já realizadas, vejamos como os discentes percebem a questão da diversidade étnico – racial e como veem a instituição nesse processo.

Com os alunos, foram realizadas seis rodas de conversa, sendo os mesmos de diferentes turmas – 4 turmas do 1º ano, 1 turma do 2º ano e 1 turma do 3º ano. Para a sua realização, utilizamos questões semi – estruturadas acerca do reconhecimento da diversidade étnico –

racial, o intuito era compreender como os alunos percebiam o trato dessas questões por parte dos professores e da direção da escola. Além disso, utilizamos algumas imagens que poderiam despertar o questionamento acerca da diversidade.

Em relação ao trabalho da temática da diversidade na escola, de forma geral, os alunos afirmaram que poucos professores abordam a temática em sala e que a instituição não promove eventos culturais que debatam essa temática. Como explicitado a seguir:

Aqui, a escola promove algum evento cultural, como o do dia da Consciência Negra?

Não tem é nada

Até agora nada

Gente vocês acham que os professores, como os de História e Sociologia, têm essa preocupação de tá trabalhando com vocês temáticas que fujam do conteúdo tradicional, como debates sobre cultura indígena, religião afro...?

Só Religião... O professor de Ensino Religioso ele fala um pouco, ele não aprofunda o assunto, só aquela base, entendeu? Ele não fala muita coisa

Praticamente a gente só vê isso na disciplina de História...

Eu acho que todos os capítulos falam um pouco sobre isso, como a escravidão, mas não tem um capítulo específico sobre essa coisas... África e tal...

Em algumas rodas, também utilizamos o recurso de imagens que poderiam despertar questionamentos acerca da diversidade étnico – racial, mais especificamente acerca da questão indígena e negra.

Por exemplo, apresentamos a imagem de uma mulher indígena advogada em um ambiente jurídico, e outra em uma comunidade indígena em sua aldeia, foi possível perceber que os alunos reconheceram a garantia dos direitos da indígena apenas no espaço jurídico e outros apresentaram uma visão mais crítica de que tais minorias só são reconhecidas e respeitadas ao conquistar determinado espaço ou função social. Vejamos as falas de alguns alunos sobre a imagem da mulher indígena advogada:

Eu acho que aqui ela tá tendo os direitos dela que nem a qualquer outro povo

Mas eu também acho que é um pouco errado ela ter que usar uma roupa, tipo pra ela ter direitos ela ter que se tornar uma advogada, tipo ela não tem espaço, os indígenas que são os verdadeiros brasileiros não têm espaço

Também mostramos a imagem de um médico negro na qual os alunos manifestaram que se trata de uma situação incomum, visto que o número de jovens negros que possuem acesso ao ensino superior é bem inferior aos de brancos.

Vocês acham que há muitos médicos negros?

Não

É muito difícil

Quase não tem

Mas que poderia ter, né?

De forma geral, também os discentes apresentaram um discurso que revelou um desconhecimento acerca da história social desses grupos, poucos alunos se autorreconheceram como negros, como também afirmaram que há discussões escassas sobre as temáticas em sala de aula e que os debates existentes partem de um esforço individual dos professores.

Afirmaram ainda que embora algumas temáticas estejam presentes no livro didático, o assunto não é discutido em sala de aula. Vejamos:

Vocês veem algo relacionado à religião de matriz africana em alguma disciplina, como a de Religião ou História?

Bem, aqui na sala não...

Não, aqui na sala não...

A gente não vê essa questão de cultura e tal aqui na sala, mas quem pega o livro de História para ler a gente vê.... Tem várias religiões, principalmente no Brasil na época da escravidão

Além disso, os alunos também confirmaram que presenciaram casos de preconceito na escola, principalmente em sala de aula e que geralmente os professores não dão atenção a esses casos. Vejamos:

Vocês já presenciaram ou sofreram algum caso de racismo na escola?

Sim, é claro, por coleguinhas de sala mesmo...

Eu já sofri, sim....

Sò com meus amigos que eu deixo... Mas isso não é racismo...

Sim, já criticaram a minha cor e o meu cabelo... Ele começou a falar que meu cabelo era 'bombril'...

E os professores quando percebem isso acontecendo tomam alguma atitude?

Geralmente não

As vezes sim, mas de forma bem sutil, e quando fazem não ligam se os comentários vão continuar ou não..

No final, abordamos sobre a lei 11.645/08 e o questionamos em relação a políticas públicas, como as cotas, em que alguns alunos apresentaram opiniões divergentes o que resultou em um debate interessante sobre o tema, conforme segue a fala de alguns alunos:

Eu acho isso injusto em relação às cotas, só porque a pessoa é negra... Ela tem a capacidade sim de competir com o branco... Se ela estudar que nem o branco, ela vai conseguir uma coisa melhor que o branco... Porque tipo desfavorece o negro, só por que ele é negro ele vai ser burro?

Eu também acho que isso é uma forma de preconceito, por que o negro tem mais cotas que o branco ou o pardo? Porque já que se diz em igualdade... Por que não se coloca sem cotas?

São pessoas iguais só muda a cor...

Ao analisar as falas acima, percebe-se que tal posicionamento segue um viés homogeneizante, pregado pelos professores e gestores. Os alunos, em sua maioria pretos e pardos, moradores da periferia estão reproduzindo um discurso biologizante, não se percebendo eles mesmos como diferentes. Nesse sentido, concordamos com MOITA LOPES (2002), quando afirma que nossas identidades sociais, ou seja, a forma como nos percebemos e percebemos o outro é construída por meio de práticas discursivas com os outros, e logo é uma construção que está sempre em processo e envolta por relações de poder. Diante das falas

dos discentes, é possível perceber que a sua percepção identitária se relaciona diretamente com o que foi constatado nos discursos dos docentes.

A visão unilateral e homogeneizadora presente nos discursos dos docentes apresenta reflexos diretos nas falas dos alunos em aspectos como: a dificuldade de autoreconhecimento em relação a questão étnico – racial e uma visão tradicionalista em relação a alguns aspectos sócio- culturais, como ao considerar a questão das cotas com uma visão biológica, determinista e preconceituosa.

Tal situação, só pode ser vista como consequências da falta de uma discussão que valorize a diversidade na instituição, e que venha desconstruir os discursos homogeneizadores que não consideram o princípio da diferença, e que favoreça ao reconhecimento e a valorização do outro de suas identidades.

3 CONCLUSÃO

A lei 11.645/08 se apresenta como um importante instrumento na garantia de um viés multiculturalista em relação a questões étnico – raciais na educação. Constitui assim uma política pública essencial para o questionamento e desconstrução de preconceitos e valores colonizadores do currículo que invisibiliza populações não brancas.

Compreendemos que embora haja uma legislação acerca do reconhecimento da diversidade na educação, como as leis 10.639/03 e a 11.645/08, somente a sua existência não garante a sua efetivação. A escola como instituição responsável pela educação sistematizada deveria garantir um ambiente de reconhecimento, respeito e valorização da pluralidade cultural. No entanto, o que percebemos na escola analisada é uma série de obstáculos que são colocadas muitas vezes como desculpas para sua não efetivação. Dentre os obstáculos citados, estão: uma falta de incentivo institucional, a falta de uma formação específica dos profissionais e um trabalho mais direto da temática nas disciplinas mais próximas do tema, como História e Sociologia.

O processo de construção de identidade além de ser interno também é fortalecido e influenciado nas e pelas relações sociais, culturais e interculturais na sociedade. Assim sendo, a escola enquanto instituição formadora tem um papel de grande importância nesse processo. Discutir essas questões em sala de aula além de contribuir para o processo de formação identitária que é contínuo, também permite aos alunos se questionarem e criticarem preconceitos, e valores colonizadores do currículo que invisibiliza populações não brancas.

Pois como vimos, muitos alunos são vítimas de racismo e preconceito na escola, e outros apresentam dificuldades de reconhecer sua própria identidade.

Como já afirmado anteriormente, um diálogo entre Antropologia e Educação através de um processo de formação continuada para os professores se revelaria de fundamental importância na e para a orientação de práticas educativas que garantam o reconhecimento e a valorização da diversidade, no fazer educativo. E assim, efetivando uma prática pedagógica realmente incluyente como preconizado pela lei 11.645/08 concretizando o respeito e valorização da diversidade étnico - racial no espaço educativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2003). Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003. **Altera a Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, dez 2003.

BRASIL (2008). Lei 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Brasília DF, mar 2008.

CUNHA JUNIOR, H. **Diversidade Etnocultural e Africanidades**. In: JESUS, R. F.; ARAUJO, M. S.; CUNHA Jr. H. (Org.). Dez Anos da Lei 10.639/2003: Memórias e Perspectivas. Fortaleza: Edições UFC, 2013, v. 1, p. 23-46.

GUSMÃO, N. M. M. **A Lei 10 639/2003 e a formação docente: desafios e conquistas**. In: JESUS, R. F.; ARAUJO, M. S.; CUNHA Jr. H.. (Org.). Dez Anos da Lei 10.639/03. Memórias e perspectivas. Fortaleza/CE: Edições UFC, 2013, v. 1, p. 47-61.

GUSMÃO, N. M. M.. Antropologia e Educação: história e trajetos / Faculdade de Educação - Unicamp. In: GROSSI, Mirian Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.). **Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras**. Florianópolis / SC: Nova Letra / ABA, 2006, v. , p. 299-331.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identities fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Edição. Campinas, SP: Mercado de letras, 2002. 232p. p.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999. 140p .

OLIVEIRA, Ariene Gomes De; LAGE, Allene De Carvalho. Educação e diversidade religiosa: onde está o conhecimento sobre a tradição religiosa africana na vivência da lei 10.639/03?. **Horizontes**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 45-54, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.24933/horizontes.v34i1.339>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5 ed. São Paulo: BRASILIENSE, 1994.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Princeton University Press, 1994.